

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte do Estado do Ceará

# JUAZEIRO-CE

Agente Administrativo

AB006-19



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte do Estado do Ceará

Agente Administrativo

Edital Nº 001/2019

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Matemática - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Atualidades e Convivência Societária - Profº Heitor Ferreira

Conhecimentos Específicos - Profº Fernando Zantedeschi e Profª Silvana Guimarães

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Elaine Cristina

Leandro Filho

Érica Duarte

## **DIAGRAMAÇÃO**

Elaine Cristina

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# APRESENTAÇÃO

## PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%\*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

\*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

## CURSO ONLINE



### PASSO 1

Acesse:

[www.novaconcursos.com.br/passaporte](http://www.novaconcursos.com.br/passaporte)



### PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

\*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

**Ex: JN001-19**



### PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto.....	01
Tipos e gêneros textuais.....	01
Fonética: Encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação).....	04
Acentuação gráfica.....	04
Ortografia.....	04
Pontuação.....	59
Morfologia: Classes de palavras, processo de formação das palavras.....	27
Análise sintática dos períodos simples e composto.....	84
Concordância nominal e verbal.....	62
Regência verbal e nominal.....	68
Semântica: Sinonímia, antonímia e paronímia.....	84
Tipos de linguagem: Verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal.....	84
Funções da linguagem.....	84
Colocação pronominal.....	27
Linguagem e sentido.....	84
Ambiguidade.....	84
Figuras de linguagem.....	84
Coesão. Coerência.....	13
Referenciação.....	13

## MATEMÁTICA

Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).....	01
Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais.....	01
Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas.....	01
Equações do 1º e 2º grau. Problemas.....	39
Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal.....	151
Sistema monetário brasileiro.....	154
Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções.....	31
Divisão em partes proporcionais.....	31
Regra de três simples e composta.....	29
Porcentagem.....	158
Juros simples: juros, capital, tempo, taxa e montantes.....	109
Fundamentos da Teoria dos Conjuntos.....	01
Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum).....	01
Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal).....	01
Números Reais (relação de ordem e intervalos). Operações.....	01

# SUMÁRIO

Funções: Estudo das Relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º Grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica, resoluções de equações, inequações e sistemas.....	85
Sequência.....	35
Geometria Plana. Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, Teorema de Tales e aplicações.....	126
Polígonos: elementos e classificação, Diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. Área: polígonos e suas partes.....	126
Álgebra: análise combinatória.....	102
Geometria Espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações).....	126

## ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Juazeiro do Norte. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte. nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas, conservação e impactos ambientais globais e locais. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional e atitudes no serviço. Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.....	01
---	----

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Redação oficial. Princípios da administração pública, poderes administrativos, atos administrativos: Comunicações internas, cartas, requerimentos, protocolo, expedição e distribuição de correspondência.....	01
Contratos administrativos: princípios gerais, características licitações, modalidades.....	31
SERVIDORES PÚBLICOS: regime jurídico dos servidores públicos Lei nº 8.112/90. Expediente funcional e organizacional. Material de escritório. Técnicas de serviços de escritório.....	40
Documentação e arquivo: Documentação: conceituação, importância, natureza, finalidade, característica, normalização.....	70
Arquivo: conceito, importância, organização, transferência. Sistemas e métodos de arquivamento. Noções de recebimento e transmissão de informações.....	75
Lei Orgânica do Município de Juazeiro do Norte.....	93
INFORMÁTICA: Internet. Conhecimentos em Microsoft Windows, Linux e Microsoft Office.....	119
Noções básicas de relações humanas no trabalho e atendimento ao público.....	174
Ética profissional. Ética, moral e cidadania.....	193

# ÍNDICE

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	03
Domínio da ortografia oficial.....	04
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	13
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais.....	15
Domínio da estrutura morfosintática do período.....	27
Emprego das classes de palavras.....	27
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.....	27
Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	27
Emprego dos sinais de pontuação.....	59
Concordância verbal e nominal.....	62
Regência verbal e nominal.....	68
Emprego do sinal indicativo de crase.....	74
Colocação dos pronomes átonos.....	76
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	84
Significação das palavras.....	84
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	84
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	84
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	84
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	84
Aspectos gerais da redação oficial.....	84
Finalidade dos expedientes oficiais.....	84
Adequação da linguagem ao tipo de documento.....	84
Adequação do formato do texto ao gênero.....	84
Figuras de Língua.....	98

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

### INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

**Texto** – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

**Contexto** – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

**Intertexto** - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

**Interpretação de texto** - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar/relacionar** o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

#### 1. Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

#### 2. Interpretar/Compreender

**Interpretar** significa:

*Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*

*Através do texto, infere-se que...*

*É possível deduzir que...*

*O autor permite concluir que...*

*Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

**Compreender** significa

*Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*

*O texto diz que...*

*É sugerido pelo autor que...*

*De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*

*O narrador afirma...*

### 3. Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

#### Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

**Coesão** - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

*que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

*qual* (neutro) idem ao anterior.

*quem* (pessoa)

*cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

*como* (modo)

*onde* (lugar)

*quando* (tempo)

*quanto* (montante)

Exemplo:

*Falou tudo QUANTO queria (correto)*

*Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).*

### 3. Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.
- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).
- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**
- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**
- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**
- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

#### SITES

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>



### EXERCÍCIOS COMENTADOS

#### 1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

##### Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro

em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigual-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

**Resposta: Letra E.** O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

#### 2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

##### Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

**Resposta: Letra A.** A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) *"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."* Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

**3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA)** No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' foi empregado com o sentido de

- a) trata.
- b) provém.
- c) manifesta.
- d) pertence.
- e) cabe.

**Resposta: Letra B.** Dentro do contexto, "emana" tem o sentido de "provém".

## RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.

### TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem tipos textuais e gêneros textuais.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia**: Narração, Descrição e Dissertação.

### 1. As tipologias textuais se caracterizam pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo*, *descritivo*, *argumentativo/dissertativo*, *injuntivo* e *expositivo*.

**A) Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes*, *agora*, *depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

**B) Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."*

**C) Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

**D) Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

**E) Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

### 2. Gêneros Textuais

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária*, *e-mail*, *reportagem*, *monografia*, *poema*, *editorial*, *piada*, *debate*, *agenda*, *inquérito policial*, *fórum*, *blog*, etc.

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias*, *reportagens*, *editoriais*, *entrevistas* e outros; na *esfera de divul-*

gação científica são comuns gêneros como *verbete de dicionário* ou *de enciclopédia*, *artigo* ou *ensaio científico*, *seminário*, *conferência*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Português linguagens: volume 1** / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

**Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único** / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3.ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

## SITE

<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

**Observação:** Não foram encontradas questões abrangendo tal conteúdo.

## DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

### ORTOGRAFIA

A ortografia é a parte da Fonologia que trata da correta grafia das palavras. É ela quem ordena qual som devem ter as letras do alfabeto. Os vocábulos de uma língua são grafados segundo acordos ortográficos.

A maneira mais simples, prática e objetiva de aprender ortografia é realizar muitos exercícios, ver as palavras, familiarizando-se com elas. O conhecimento das regras é necessário, mas não basta, pois há inúmeras exceções e, em alguns casos, há necessidade de conhecimento de etimologia (origem da palavra).

#### 1. Regras ortográficas

##### A) O fonema S

###### São escritas com S e não C/Ç

- Palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em **nd, rg, rt, pel, corr e sent**: *pretender - pretensão / expandir - expansão / ascender - ascensão / inverter - inversão / aspergir - aspersão / submergir - submersão / divertir - diversão / impelir - impulsivo / compelir - compulsório / repelir - repulsa / recorrer - recurso / discorrer - discurso / sentir - sensível / consentir - consensual*.

###### São escritos com SS e não C e Ç

- Nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em **gred, ced, prim** ou com verbos terminados por **tir** ou **meter**: *agredir - agressivo / imprimir - impressão / admitir - admissão / ceder - cessão / exceder - excesso / percutir - percussão / regredir - regressão / oprimir - opressão / comprometer - compromisso / submeter - submissão*.
- Quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por "s". Exemplos: *a + simétrico - assimétrico / re + surgir - ressurgir*.
- No pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *ficasse, falasse*.

##### São escritos com C ou Ç e não S e SS

- Vocábulos de origem árabe: *cetim, açucena, açúcar*.
- Vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó, Juçara, caçula, cachaça, cacique*.
- Sufixos **aça, aço, ação, çar, ecer, içã, nça, uça, uçu, uço**: *barcaça, ricaço, aguçar, empalidecer, carniça, caniço, esperança, carapuça, dentuço*.
- Nomes derivados do verbo **ter**: *abster - abstenção / deter - detenção / ater - atenção / reter - retenção*.
- Após ditongos: *foice, coice, traição*.
- Palavras derivadas de outras terminadas em **-te, to(r)**: *marte - marciano / infrator - infração / abortor - absorção*.

##### B) O fonema z

###### São escritos com S e não Z

- Sufixos: *ês, esa, esia, e isa*, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês, freguesa, freguesia, poetisa, baronesa, princesa*.
- Sufixos gregos: **ase, ese, ise e ose**: *catequese, metamorfose*.
- Formas verbais **pôr** e **querer**: *pôs, pus, quisera, quis, quiseste*.
- Nomes derivados de verbos com radicais terminados em **"d"**: *aludir - alusão / decidir - decisão / empreender - empresa / difundir - difusão*.
- Diminutivos cujos radicais terminam com **"s"**: *Luis - Luisinho / Rosa - Rosinha / lápis - lapisinho*.
- Após ditongos: *coisa, pausa, pouso, causa*.
- Verbos derivados de nomes cujo radical termina com **"s"**: *análisis(e) + ar - analisar / pesquis(a) + ar - pesquisar*.

###### São escritos com Z e não S

- Sufixos **"ez"** e **"eza"** das palavras derivadas de adjetivo: *macio - maciez / rico - riqueza / belo - beleza*.

Sufixos **"izar"** (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final - finalizar / concreto - concretizar*.

- Consoante de ligação se o radical não terminar com "s": *pé + inho - pezinho / café + al - cafezal*

**Exceção:** *lápiz + inho - lapisinho*.

##### C) O fonema j

###### São escritas com G e não J

- Palavras de **origem grega ou árabe**: *tigela, girafa, gesso*.
- Estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento, gim*.
- Terminações: **agem, igem, ugem, ege, oge** (com poucas exceções): *imagem, vertigem, penugem, bege, fuge*.

**Exceção:** *pajem*.

- Terminações: *ágio, égio, ígio, ógio, ugio*: *sortilégio, litígio, relógio, refúgio*.
- Verbos terminados em **ger/gir**: *emergir, eleger, fugir, mugir*.

# ÍNDICE

## MATEMÁTICA

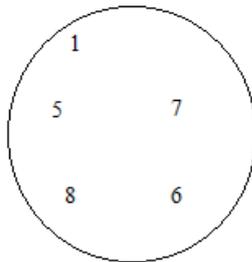
Conjuntos numéricos: conjunto dos números reais e seus subconjuntos, conjunto dos números complexos.....	01
Regra de três simples e composta.....	29
Razão e Proporção.....	31
Seqüência numérica .....	35
Equação e Inequação .....	39
Progressão aritmética e Progressão geométrica.....	46
Álgebra: expressões algébricas;.....	64
Polinômios;.....	66
Sistemas lineares; matrizes e determinantes;.....	74
funções reais e suas aplicações.....	85
Análise combinatória: Binômio de Newton.....	102
Tratamento da informação: experimentos aleatórios; espaço amostral, eventos, noções de probabilidade em espaços amostrais finitos.....	102
Noções de estatística descritiva, distribuição de freqüências; gráficos estatísticos usuais, medidas de posição e de dispersão .....	109
Noções de matemática financeira: juros simples e compostos, descontos simples; capitalização simples e composta.....	109
Área de figuras planas e Retas.....	126
Sistema métrico decimal.....	151
Sistema monetário brasileiro.....	154
Porcentagem.....	158

## CONJUNTOS NUMÉRICOS: CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS E SEUS SUBCONJUNTOS, CONJUNTO DOS NÚMEROS COMPLEXOS.

### TEORIA DOS CONJUNTOS

#### 1. Representação

- Enumerando todos os elementos do conjunto:  $S = \{1, 2, 3, 4, 5\}$
- Simbolicamente:  $B = \{x \in \mathbb{N} \mid 2 < x < 8\}$ , enumerando esses elementos temos:  
 $B = \{3, 4, 5, 6, 7\}$
- por meio de diagrama:



Quando um conjunto não possuir elementos chamamos de conjunto vazio:  $S = \emptyset$  ou  $S = \{ \}$ .

#### 2. Igualdade

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolo:

$$A = B \text{ se, e somente se, } \forall x(x \in A \leftrightarrow x \in B).$$

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa ordem:

$$A = \{1, 2, 3\} \text{ e } B = \{2, 1, 3\}$$

Não importa se há repetição:

$$A = \{1, 2, 2, 3\} \text{ e } B = \{1, 2, 3\}$$

#### 3. Relação de Pertinência

Relacionam um elemento com conjunto. E a indicação que o elemento pertence ( $\in$ ) ou não pertence ( $\notin$ )

Exemplo: Dado o conjunto  $A = \{-3, 0, 1, 5\}$

$$0 \in A$$

$$2 \notin A$$

#### 4. Relações de Inclusão

Relacionam um conjunto com outro conjunto.

Simbologia:  $\subset$  (está contido),  $\not\subset$  (não está contido),  $\supset$  (contém),  $\not\supset$  (não contém)

A Relação de inclusão possui 3 propriedades:

Exemplo:

$$\{1, 3, 5\} \subset \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$$

$$\{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \supset \{1, 3, 5\}$$

Aqui vale a famosa regrinha que o professor ensina, boca aberta para o maior conjunto

#### 5. Subconjunto

O conjunto A é subconjunto de B se todo elemento de A é também elemento de B.

Exemplo:  $\{2, 4\}$  é subconjunto de  $\{x \in \mathbb{N} | x \text{ é par}\}$

#### 6. Operações

##### 6.1. União

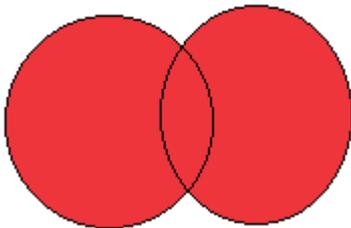
Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem pele menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por:  $A \cup B$ .

Formalmente temos:  $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

$$A = \{1, 2, 3, 4\} \text{ e } B = \{5, 6\}$$

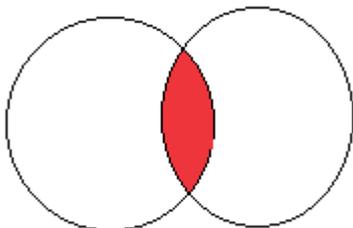
$$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$



##### 6.2. Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por:  $A \cap B$ .

Simbolicamente:  $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$$A = \{a, b, c, d, e\} \text{ e } B = \{d, e, f, g\}$$

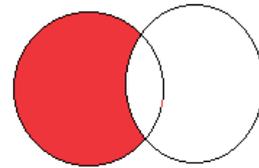
$$A \cap B = \{d, e\}$$

Diferença Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por:

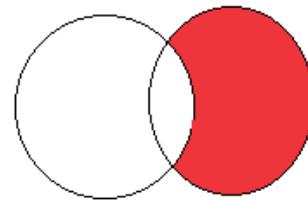
$A - B$  ou  $A \setminus B$  que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A.

A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B.

$$A \setminus B = \{x : x \in A \text{ e } x \notin B\}$$



$$B - A = \{x : x \in B \text{ e } x \notin A\}$$



Exemplo:

$$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \text{ e } B = \{5, 6, 7\}$$

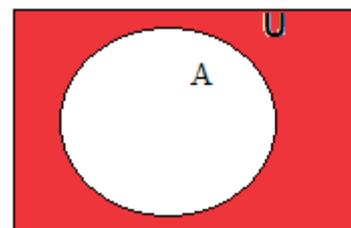
Então os elementos de  $A - B$  serão os elementos do conjunto A menos os elementos que pertencerem ao conjunto B.

$$\text{Portanto } A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$$

##### 6.3. Complementar

O complementar do conjunto  $A(\bar{A})$  é o conjunto formado pelos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$\bar{A} = \{x \in U | x \notin A\}$$



#### 7. Fórmulas da união

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$$

Essas fórmulas muitas vezes nos ajudam, pois ao invés de fazer todo o digrama, se colocarmos nessa fórmula, o resultado é mais rápido, o que na prova de concurso é interessante devido ao tempo.

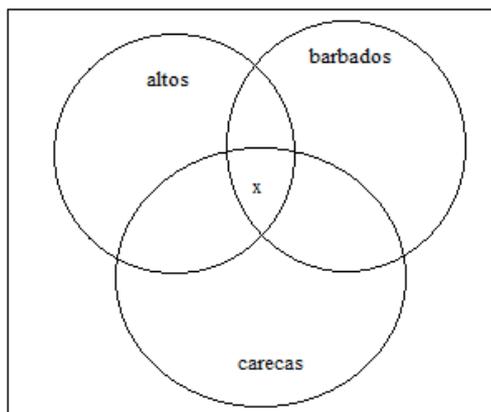
Mas, faremos exercícios dos dois modos para você entender melhor e perceber que, dependendo do exercício é melhor fazer de uma forma ou outra.

## EXERCÍCIOS COMENTADOS

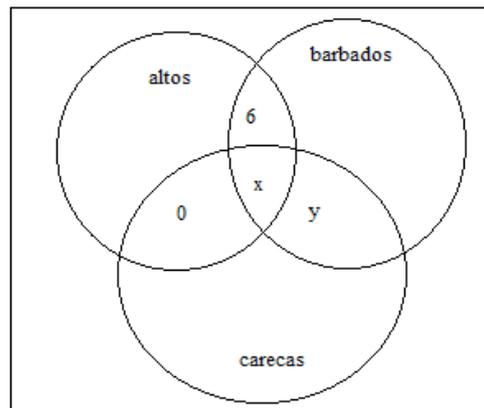
**1. (MANAUSPREV – ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – FCC/2015)** Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

- a) 4.
- b) 7.
- c) 13.
- d) 5.
- e) 8.

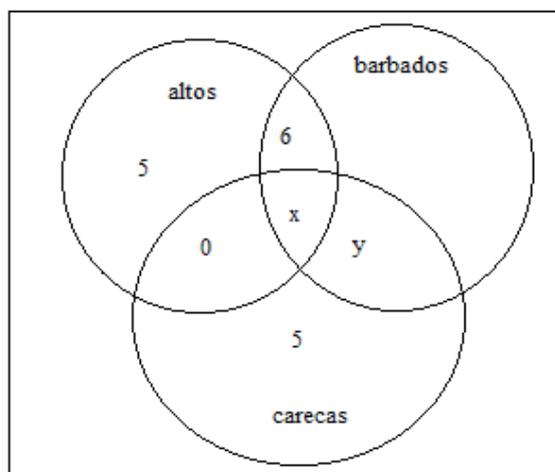
**Resposta: Letra A.** Primeiro, quando temos 3 diagramas, sempre começamos pela interseção dos 3, depois interseção a cada 2 e por fim, cada um



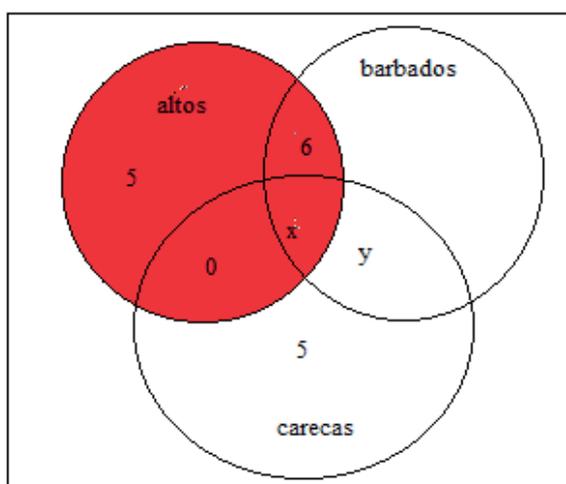
Se todo homem careca é barbado, não teremos apenas homens carecas e altos. Homens altos e barbados são 6



Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados



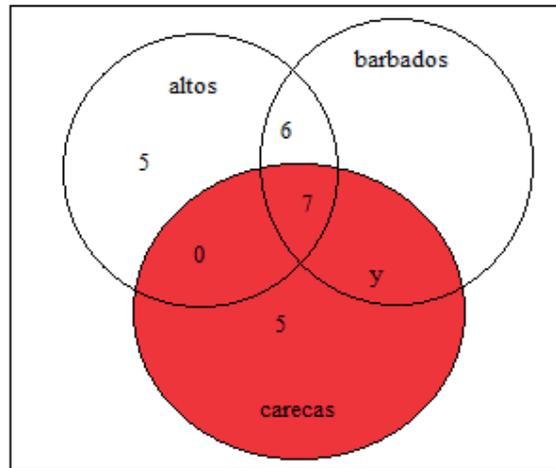
Sabemos que 18 são altos



Quando somarmos  $5+x+6=18$

$$X=18-11=7$$

Carecas são 16



$$7+y+5=16$$

$$Y=16-12$$

$$Y=4$$

Então o número de barbados que não são altos, mas são carecas são 4.

## EXERCÍCIO COMENTADO

**1. (INSS - ANALISTA DO SEGURO SOCIAL- CESPE/2016)** Uma população de 1.000 pessoas acima de 60 anos de idade foi dividida nos seguintes dois grupos:

A: aqueles que já sofreram infarto (totalizando 400 pessoas); e

B: aqueles que nunca sofreram infarto (totalizando 600 pessoas).

Cada uma das 400 pessoas do grupo A é ou diabética ou fumante ou ambos (diabética e fumante).

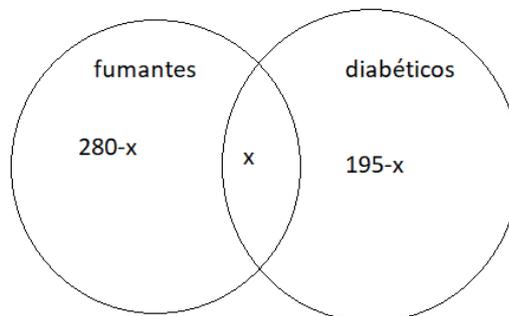
A população do grupo B é constituída por três conjuntos de indivíduos: fumantes, ex-fumantes e pessoas que nunca fumaram (não fumantes).

Com base nessas informações, julgue o item subsequente.

Se, das pessoas do grupo A, 280 são fumantes e 195 são diabéticas, então 120 pessoas desse grupo são diabéticas e não são fumantes.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Certo.**



$$280-x+x+195-x=400$$

$$x=75$$

$$\text{Diabéticos: } 195-75=120$$

### Referências

YOUSSEF, Antonio Nicolau (et al.). Matemática: ensino médio, volume único. – São Paulo: Scipione, 2005.  
CARVALHO, S. Raciocínio Lógico Simplificado, volume 1, 2010

# ÍNDICE

## ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Juazeiro do Norte. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte. nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas, conservação e impactos ambientais globais e locais. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional e atitudes no serviço. Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade..... 01

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE. ACONTECIMENTOS E FATOS RELEVANTES E ATUAIS DO CONTEXTO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE. NAS SEGUINTE ÁREAS: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E SAÚDE. MEIO AMBIENTE: PROBLEMAS, CONSERVAÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS GLOBAIS E LOCAIS. ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO. COMPORTAMENTO, POSTURA PROFISSIONAL E ATITUDES NO SERVIÇO. ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL E PRIORIDADE EM SERVIÇO. RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO, NA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE**

No processo de formação histórica de Juazeiro do Norte, remonta um período em que ela ainda não nem ao emancipada. Inicialmente Juazeiro do Norte era um distrito da cidade vizinha de Crato, até que um o jovem padre, optou por se fixar como pároco no lugarejo. Na ocasião, o Padre Cícero Romão Batista começou a prestar seus serviços religiosos na localidade, criando naquele lugar, um fomento religioso.

O Padre Cícero foi um dos responsáveis, algum tempo depois, pela emancipação e independência da cidade. Por conta do chamado "*milagre de Juazeiro*", momento no qual, o Padre Cícero deu a hóstia sagrada à beata Maria de Araújo, a hóstia se transformou em sangue, e com isso, a figura do padre assumiu características místicas e passou a ser venerado pelo povo como um santo. Hoje a cidade é a segunda do estado e referência no Nordeste graças ao padre.

No período em que ainda era uma vila pertencente a Crato, o nome de Juazeiro era Tabuleiro Grande e não passava de um pequeno aglomerado de casas de taipa e algumas poucas casinhas de tijolos convergindo para uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores. Esse pequeno vilarejo, possuía um grande significado na região, afinal, inicialmente o território era apenas um entreposto, servindo de apoio para aqueles que estavam se deslocando até Crato.

Na noite de natal de 1871, o Padre Cícero foi convidado para ministrar uma missa do galo naquele lugarejo, inicialmente era apenas uma celebração, mas em 11 de abril de 1872, o padre retornaria a Tabuleiro Grande acompanhado de alguns familiares para se ficar na região. O motivo de sua transferência para o vilarejo segundo o padre, foi devido a um sonho, onde ele viu Jesus Cristo e os doze apóstolos sentados a uma mesa, em seguida uma multidão de peregrinos marcados pela fome e pela dor adentraram no local, então Jesus Cristo diz estar decepcionado com a humanidade, mas que está disposto a fazer um último sacrificio para salvar p mundo, então ele vira para o padre e ordena: "*e você, Padre Cícero, tome conta deles.*"

Com o lema "*cada casa uma oficina, cada oficina um oratório*", logo que chegou, o sacerdote tratou de mudar os costumes profanos do local e tornar comum a prática dos sacramentos. Inspirado por Padre Ibiapina, o Padre Cícero criou as Casas de Caridade, organizações tocadas por beatas e que visavam a levar educação, saúde e auxílio religioso ao povo. Essas Casas de Caridade, se espalharam pelo entorno de Juazeiro, sendo a mais famosa delas situada no Sítio Caldeirão sob o comando do beato José Lourenço. Inúmeras oficinas foram criadas, com destaque para as de produção de velas, imagens sacras e calçados. O jeito simples e carismático do padre contagiava a população que cada vez mais se entregava à religião e ao trabalho.

Desde o início do século XX que a vila de Tabuleiro Grande buscava desvincular-se do Crato. Como argumento principal o fato de que a vila se tornara maior e mais importante que a sede. De fato, Tabuleiro Grande apresentou um crescimento surpreendente, chegando a rivalizar até mesmo com a capital Fortaleza. Esse movimento em prol da emancipação ganhou força em 1909 com a chegada do Padre Alencar Peixoto e de José Marrocos, juntos fundaram o jornal *O Rebate* que se tornou o principal difusor do projeto. No mesmo ano, houve uma greve geral da população, causando prejuízos à economia do Crato.

Em 1910, foi organizada uma passeata pela emancipação, reunindo aproximadamente quinze mil pessoas. Em 22 de julho de 1911, a emancipação é concedida através da lei nº 1.028, o novo município passa a se chamar *Joazeiro*, fazendo uma referência à uma árvore típica da região. Com essa emancipação, o Padre Cícero eleito o primeiro prefeito do município.

Juazeiro do Norte, também foi palco de grandes militâncias políticas, dentre delas, destacamos a Sedição de Juazeiro, onde em 4 de outubro de 1911, Padre Cícero e outros dezesseis líderes políticos da região firmaram um acordo de cooperação entre si e apoio ao governador Antônio Pinto Nogueira Acciolo. Esse evento ficou conhecido como *pacto dos coronéis* e representa um marco na história do coronelismo brasileiro. No ano seguinte, o então presidente da República Hermes da Fonseca depôs o governador Nogueira Accioli e nomeou o coronel Marcos Franco Rabelo como interventor do Ceará. Houve eleição apenas para vice-governador onde Padre Cícero foi o escolhido. Depois de assumir o posto, Franco Rabelo rompe com o PRC – Partido Republicano Conservador e passa a perseguir Padre Cícero, chegando a destituí-lo da prefeitura de Juazeiro e a mandar um batalhão da Polícia estadual prender o padre. Então, o médico Floro Bartolomeu, que era o braço direito do padre, reuniu jagunços e romeiros para proteger o líder religioso. Em apenas uma semana, os romeiros cavaram um valado de nove quilômetros de extensão cercado toda a cidade e ergueram uma muralha de pedra na colina do Horto, a fortificação recebeu o nome de "Círculo da Mãe de Deus". O batalhão ao ver que seria impossível romper o círculo, recuou e pediu reforços.

Desta forma, um contingente muito maior foi enviado a Juazeiro, levando consigo um canhão para derrubar a muralha que protegia a cidade, porém, o canhão falhou e os romeiros armados apenas com algumas espingardas, facas, foices e muita fé venceram os invasores. O canhão foi tomado e está exposto até hoje no "Memorial Padre Cícero".

Floro Bartolomeu consegue então o apoio do Presidente Hermes da Fonseca e do Senador Pinheiro Machado, e parte para Fortaleza com o intuito de derrubar o governador. No caminho, os romeiros tomam o poder de Crato, Barbalha, Estação Afonso Pena (próxima a Iguatu), Messejana, Maracanaú e Maranguape, fechando todas as entradas da capital, enquanto uma esquadilha da Marinha de Guerra capitaneada pelo Cruzador Barroso impõe um bloqueio marítimo à cidade. Franco Rabelo é deposto e eleições são convocadas onde Benjamim Liberato Barroso é eleito governador e Padre Cícero mais uma vez eleito vice. Vitoriosos, os romeiros retornam a Juazeiro desarmados e desocupam as cidades tomadas durante a sedição.



### #FicaDica

Esse movimento, foi muito similar ao levante de Canudos, inclusive pela presença do líder messiânico.

O município de Juazeiro do Norte, é um município brasileiro situado no estado do Ceará. Estando localizado na Região Metropolitana do Cariri na porção sul do estado, distante 491km da capital, Fortaleza. Sua altitude de 377 metros acima do nível do mar, ocupa uma área de 249km<sup>2</sup>, e sua população é de 271.926 habitantes, segundo estimativas 2018 (IBGE), que o torna o terceiro mais populoso do Ceará, estando atrás apenas de Fortaleza e Caucaia, sendo a maior do interior cearense e a 100ª do Brasil. Juazeiro do Norte é um dos municípios de maior população do interior do Nordeste, e sua taxa de urbanização é extremamente grande.

Devido à figura de Padre Cícero, é considerado um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente com Aparecida do Norte, em São Paulo e Nova Trento, em Santa Catarina.



### #FicaDica

A figura emblemática do Padre Cícero, fez de Juazeiro do Norte, uma referência em religiosidade, e isso, proporciona muitos benefícios para a cidade e seus entornos.

O município de Juazeiro do Norte é ainda, um grande polo cultural do Brasil, sendo um dos maiores centros de artesanato e cordel do nordeste do país. A cidade tem ainda um dos maiores polos acadêmico do interior Nordeste e é carinhosamente chamada de "A metrópole do Cariri".

No que tange a economia, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Juazeiro do Norte possui um PIB de R\$ 4,185,791 mil, segundo o senso de 2016. Com a crescente formalização da economia, a cidade deu um salto nos últimos dois anos, sendo a 4ª maior economia do Ceará, atrás apenas de Caucaia, Maracanaú e Fortaleza.

No que tange ao setor primário, o município de Juazeiro do Norte possui uma pequena extensão territorial, inexistindo a presença de grandes propriedades rurais. Sua taxa de urbanização é de mais de 95%, e cerca de 30% do seu território é de área urbana. Mas mesmo assim, suas terras são férteis e se aproveitam da irrigação dos rios Carás, perenizado a partir do Açude Thomás Osterne, em Crato, e do Rio Salgadinho. Deste último, pouco se aproveita, pois grandes parcelas das águas dos esgotos são drenadas para seu interior. Conta com vários minifúndios, destacando-se um grande número de chácaras com árvores frutíferas ao redor da cidade, estas têm uma exploração econômica secundária sendo o interesse predominante nestes imóveis o lazer e atividade residencial. A piscicultura é uma atividade encontrada no Açude Manuel Balbino.

Já com relação ao setor secundário, corresponde a 29,84% do PIB – Produto Interno bruto local. Existe uma política de atração de investimentos formando parcerias entre estado, município e empresários, vários benefícios são concedidos, como doação de terrenos, preferencialmente no Distrito Industrial - localizado próximo às divisas com os municípios de Crato e Barbalha, e no mini distrito Industrial - localizado no Bairro Campo Alegre, como também incentivos fiscais. Destacam-se as seguintes atividades produtivas:

- ✓ Têxtil: Dezenas de empresas desse ramo se instalaram na cidade nos últimos anos e já ocupam boa parte do mercado regional;

- ✓ Folheados: Produz joias e semijoias de alta qualidade que são exportadas. Uma empresa local utiliza mão-de-obra carcerária em sua produção, os internos da PIRC – Penitenciária Industrial Regional do Cariri, fabricam as joias e para cada três dias de trabalho há uma redução de um dia da pena;

- ✓ Artesanato: Existem muitos artesãos que comercializam seus produtos, inclusive para o exterior; destacando-se o Centro de Arte Mestre Noza. Encontra-se em fase de construção a Ceart Cariri, que irá permitir um maior incremento neste setor;

- ✓ Bebidas: Existe uma única empresa de bebidas na cidade, o Grupo São Geraldo, porém seus refrigerantes e sua água mineral são bastante apreciados na região;

- ✓ Máquinas de costura: Juazeiro possui uma fábrica da empresa Singer desde 1997;

- ✓ Construção civil: Impulsionado pelo desenvolvimento como polo universitário, a especulação imobiliária exerceu forte pressão neste segmento, promovendo lançamentos de condomínios horizontais e verticais;

- ✓ Metalurgia: Algumas indústrias metalúrgicas se encontram instaladas na cidade, com produção predominantemente voltada para abastecer a construção civil.

E, por fim, o setor terciário correspondendo por 80% do PIB municipal (dados do IPECE), sendo o principal setor da economia juazeirense. Sendo assim, os principais pontos comerciais são o centro da cidade, Cariri Shopping, Juazeiro Open Mall, bairro Pirajá e bairro Pio XII. Encontra-se em construção o Juazeiro Shopping Center que permitirá um maior desenvolvimento comercial na Região Leste da cidade, mais precisamente nas confluências dos Bairros Novo Juazeiro, Tiradentes e Limoeiro.

Destaca-se tanto no varejo quanto no atacado, atraindo compradores de municípios e estados vizinhos, devido à sua condição de centro regional.

Muitos grupos grandes de varejistas nacionais e internacionais já se instalaram ou fazem estudos prospectivos para a instalação de unidades em vários formatos na cidade. O Atacadão pertencente ao grupo Carrefour foi um dos pioneiros, seguidos pelo Walmart que inaugurou duas lojas, uma em formato de hipermercado com a bandeira Bompreço e outra no formato de atacarejo com a bandeira Maxxi. O grupo Pão de Açúcar esquentou a concorrência com a sua unidade; O Assaí, localizado próximo aos concorrentes e Casas Bahia e ainda prospectiva a abertura de lojas com a bandeira Pão de Açúcar.

Com este desenvolvimento é acompanhado pela rede bancária local, que conta com agência dos principais bancos no Centro em outros bairros, com destaque para o corredor bancário em formação na Avenida Ailton Gomes no Bairro Pirajá, que conta com o Banco do Brasil e Caixa Econômica. Os bancos Itaú e Banco do Brasil (no Cariri Shopping) possuem agências na Avenida Padre Cícero, em breve a avenida Leão Sampaio contará com a Agência Assunção Gonçalves do Banco do Nordeste.

Naturalmente o ramo que se destaca é o do turismo religioso, porém há um plano integrado de turismo entre várias cidades da região do Cariri, destacando-se também os fósseis, as belezas naturais da Chapada do Araripe, a cultura e a História do Cariri. Juazeiro por ser a maior cidade da região e ter a melhor infraestrutura é a preferida dos turistas como base. Um dado que comprova o crescimento do turismo na região é o fato de que o Aeroporto Regional do Cariri situado em Juazeiro obteve o maior crescimento percentual do Brasil em 2006.



## EXERCÍCIO COMENTADO

1. Entre as manifestações místicas presentes no Nordeste brasileiro no final do Império e nas primeiras décadas da República, identificam-se

- as pregações do Padre Ibiapina, relacionadas à defesa do protestantismo calvinista, e a literatura de cordel, que cantava os mitos e as lendas da região.
- o cangaço, que realizava saques a armazéns para roubar alimentos e distribuí-los aos famintos, e o coronelismo, com suas práticas assistencialistas.
- a liderança do Padre Cícero, vinculada à dinâmica política tradicional da região, e o movimento de Canudos, com características de contestação social.
- a peregrinação de multidões a Juazeiro do Norte, para pedir graças aos padres milagreiros, e a liderança messiânica do fazendeiro pernambucano Delmiro Gouveia.
- a ação catequizadora de padres e bispos ligados à Igreja católica e a atuação do líder José Maria, que comandou a resistência na região do Contestado.

### Resposta: Letra C

As condições de vida adversas do Sertão Nordestino serviram de terreno para o surgimento de figuras sal-

vadoras que inauguraram movimentos significativos para a história e a cultura nordestina. Padre Cícero e Antônio Conselheiro são exemplos disso.

## Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte

A formação da República Nova começa no Ceará com a eleição de Maria Luiza para o cargo de prefeita de Fortaleza em 1986. Ela foi a primeira prefeita de capital estadual eleita pelo PT – Partido dos Trabalhadores e o primeiro político do sexo feminino a ser eleito para esse cargo após o regime militar. Desta forma, a insatisfação com a política praticada durante a ditadura militar e o movimento de redemocratização impulsionam as transformações no poder político, com a decadência da hegemonia tradicional do coronelismo.

Mesmo Gonzaga Mota deixando o governo com pagamentos atrasados ao funcionalismo e descontrole nas contas públicas, o seu candidato, o empresário Tasso Jereissati, consegue se eleger com a promessa de modernizar a administração pública, afastando-se do clientelismo dos governos anteriores; promover a austeridade fiscal; e desenvolver a economia estadual. A nova gestão passa a se autodenominar “Governo das Mudanças”. Nas duas décadas seguintes, Jereissati e seus aliados passam a deter a hegemonia política no Estado, e rapidamente perdem a aliança com partidos mais à esquerda, como o PT e PC do B – Partido Comunista do Brasil.

Nesse cenário, o então prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, se candidata em 1990 ao cargo de governador com o apoio de Tasso e é eleito. Com a abertura do mercado brasileiro, o Ceará recebe os primeiros carros importados da marca russa Lada. Os “Governos das Mudanças” priorizam o aumento dos investimentos públicos e privados em infraestrutura e nos setores industrial e de serviços, enquanto o agropecuário permanece à margem. Politicamente, há uma relativa diminuição de poder dos “coronéis”, com ampliação do poder do grande empresariado. O saneamento das contas estaduais - atingido, em parte, pela diminuição das despesas com o funcionalismo público através de demissões e achatamentos salariais - garantem superávits entre 1988 e 1994, mas com a consolidação do Plano Real volta-se a uma predominância de déficits.

Com isso, o Estado se beneficia também da guerra fiscal que então se iniciava, o que, somado à mão de obra barata, atrai várias indústrias, as quais se concentram em algumas poucas cidades. O crescimento médio do PIB, de 4,6%, é superior à média nacional e nordestina nos anos 1990, continuando a tendência iniciada na década de 1970. As ações do governo, aliado aos esforços do empresariado local, e os incentivos de instituições de grande importância na história econômica recente do Ceará, como o BNB – Bando do Nordeste e a Sudene, foram determinantes para tal desempenho.

Seguindo esse fluxo de desenvolvimento, o forró eletrônico se popularizou na década de 1990, e o Ceará começa a despontar, seguindo a tendência do litoral nordestino, como um grande polo de turismo no Brasil. Ao

longo dos anos 1990, com ações como o PSF – Programa de Saúde da Família, o Estado também realiza grandes avanços na redução da mortalidade infantil. A migração em direção a Fortaleza segue forte, tendo em vista o persistente atraso do interior em comparação com o forte crescimento da capital. A segurança pública torna-se muito mais problemática entre 1990 e 2003, com a taxa de homicídios subindo de 8,86 para 20,15 por 100 mil habitantes, um aumento de 127%, os problemas iniciados na década de 90, se mantem até os dias de hoje.

Tasso é eleito novamente em 1994 e reeleito em 1998, concentrando os esforços governamentais na construção e reforma de grandes obras, como a construção do Porto do Pecem, o novo Aeroporto Internacional de Fortaleza, o Açude Castanhão e o início das obras do Metrofor. O terceiro “Governo das Mudanças” (1994-1997) se caracteriza pelas privatizações de empresas estatais e extinção de outros órgãos, e pelo seguimento de políticas de inspiração neoliberal, com engugamento da máquina administrativa, racionalização dos investimentos, aumento de taxas de contribuição da aposentadoria, etc.

Porém, apesar de vários avanços na saúde e educação básicas e do crescimento econômico estável, a chamada *Era Tasso* não alterou a estrutura socioeconômica problemática do Ceará, em especial a ausência de distribuição de renda, o que foi duramente questionado; a má distribuição fundiária; a enorme disparidade regional (sobretudo entre a capital e o interior); a parca infraestrutura fora da Região Metropolitana; e os altíssimos níveis de pobreza - em 1999, segundo o Banco Mundial, cerca de metade dos cearenses viviam abaixo da linha de pobreza. No início do século XXI, consolida-se a tendência de queda na tradicional emigração de cearenses, que, no período 2001-2006, reverte-se para um saldo positivo de 38,3 mil pessoas, o que se atribui à melhoria das condições de vida e à maior estabilidade proporcionada por programas sociais, que permitiram a fixação do pobre cearense em sua terra e o retorno de parte dos emigrantes.

Lúcio Alcântara, foi eleito com o apoio de Tasso continua, em linhas gerais, o modelo político dos governos anteriores, mas não recebe apoio do próprio partido e não consegue se reeleger em 2006, rompendo com o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira e mudando para o PR – Partido da República após deixar o cargo. Cid Gomes, do PSB – Partido Socialista Brasileiro e ex-prefeito de Sobral, alcança o cargo de Governador, pondo fim à longa hegemonia do PSDB no Estado e sinalizando um movimento rumo à oposição na política estadual, já demonstrado com a vitória de Luizianne Lins do PT, na capital, que se elegera em 2004 mesmo sem apoio real do partido, que, devido às alianças partidárias nacionais, apoiara o candidato Inácio Arruda. No ano de 2008, Luizianne Lins é reeleita.

Seguindo essa perspectiva, Cid Gomes consegue ser reeleito no Estado, porém, agora ele pertencia ao PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional. Posteriormente, Camilo Santana, representante do PT, foi eleito e reeleito no estado, estando com seu mandato em vigência na atualidade.

Dentro das atualidades do Estado do Ceará e de Juazeiro do Norte, podemos destacar os seguintes tópicos:

✓ Ceará é o 5º estado com maior número de mortes violentas de LGBTs no Brasil atualmente: Considerado campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, o Brasil ainda amarga o fato de ser um país inseguro para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia. Conforme levantamento divulgado ontem pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Ceará ocupa o 5º lugar na lista de mortes por estados, se levados em consideração os números absolutos. Em 2018, 23 pessoas foram mortas vítimas de LGBTfobia no Ceará. Em todo o País, este número é de 420 pessoas. De acordo com o relatório, 320 dessas mortes violentas foram homicídios, o que representa 76% do número total. Foram registrados 100 suicídios (24%). Há, conforme o estudo, uma redução de 6% em relação a 2017, quando foram apontadas 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o GGB iniciou esse banco de dados. Em números absolutos, o Ceará fica atrás de São Paulo (58), Minas Gerais (36), Bahia (35) e Rio de Janeiro (32).

✓ Sine Municipal oferta 982 vagas de trabalho em Fortaleza: As unidades de atendimento do Sine Municipal, equipamentos da Prefeitura de Fortaleza, geridos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com o Ministério do Trabalho, estão disponibilizando 982 vagas de trabalho em Fortaleza, incluindo Pessoas com Deficiência (PcD). Estão abertas 226 vagas para teleoperador/telemarketing, 200 vagas para entrevistador de campo/pesquisador, 50 vagas para marceneiro, 50 vagas para pintor de obras, 50 vagas para soldador, 50 vagas para montador de estruturas metálicas, 35 para ajudante de obras, 34 para pedreiro, 30 para gesso, 30 para encanador, além de vagas para açougueiro (20), consultor de vendas (15), auxiliar de linha de produção (11), entre outras ocupações. Os interessados devem comparecer em uma das unidades do Sine Municipal, localizadas nas sedes das Secretarias Regionais I, III, V e VI, com RG, CPF, carteira de trabalho, comprovante de endereço, de escolaridade e de cursos realizados. Os currículos recebidos farão parte de um banco de dados para futuras vagas.

✓ Índices de ataques no Ceará começam a cair, diz Ministério da Justiça e Segurança: depois das grandes ondas de ataque no Ceará, começou a ocorrer uma diminuição dos ataques. O planejamento das operações é feito pela Polícia Militar do Estado do Ceará, juntamente com a Força Nacional. São 330 homens e 20 viaturas que atuam no patrulhamento ostensivo, preventivo e repressivo em pontos importantes como terminais rodoviários e vias de grande circulação. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal intensificaram suas atividades no estado e o departamento Penitenciário Nacional (Depen) auxilia na identificação de infrações nas prisões.

✓ Cordel sobre a Lei Maria da Penha é usado para ensinar alunos do Ceará: escolas do Ceará estão usando a tradicional arte nordestina do cordel para ensinar sobre cidadania e direitos das mulheres. O projeto é uma parceria do Instituto Maria da Penha e Secretaria de Educação do Ceará, e já atinge mais de 30 escolas do Estado. A obra usada é o cordel *A Lei Maria da Penha*, do cordelista cearense Tião Simpatia. O professor Paulo Lumatti, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, comenta

# ÍNDICE

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AGENTE ADMINISTRATIVO

Redação oficial. Princípios da administração pública, poderes administrativos, atos administrativos: Comunicações internas, cartas, requerimentos, protocolo, expedição e distribuição de correspondência.....	01
Contratos administrativos: princípios gerais, características licitações, modalidades.....	31
SERVIDORES PÚBLICOS: regime jurídico dos servidores públicos Lei nº 8.112/90. Expediente funcional e organizacional. Material de escritório. Técnicas de serviços de escritório.....	40
Documentação e arquivo: Documentação: conceituação, importância, natureza, finalidade, característica, normalização.....	70
Arquivo: conceito, importância, organização, transferência. Sistemas e métodos de arquivamento. Noções de recebimento e transmissão de informações.....	75
Lei Orgânica do Município de Juazeiro do Norte.....	93
INFORMÁTICA: Internet. Conhecimentos em Microsoft Windows, Linux e Microsoft Office.....	119
Noções básicas de relações humanas no trabalho e atendimento ao público.....	174
Ética profissional. Ética, moral e cidadania.....	193

## CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública é uma expressão que pode comportar pelo menos dois sentidos: na sua acepção subjetiva e formal, a Administração Pública confunde-se com a pessoa de seus agentes, órgãos, e entidades públicas que exercem a função administrativa. Já na acepção objetiva e material da palavra, podemos definir a administração pública (alguns doutrinadores preferem colocar a palavra em letras minúsculas para distinguir melhor suas concepções), como a atividade estatal de promover concretamente o interesse público.

Também podemos dividir, na acepção material, em administração pública lato sensu e stricto sensu. Em sentido amplo, abrange não somente a função administrativa, como também a função política, incluindo-se nela os órgãos governamentais. Em sentido estrito, administração pública envolve apenas a função administrativa em si.



## EXERCÍCIO COMENTADO

### 1. (CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG – CONSULTOR LEGISLATIVO – CONSULPLAN – 2018)

Quanto aos fundamentos do direito administrativo, assinale a afirmativa correta.

- Dentre as prerrogativas advindas do regime jurídico-administrativo, destaca-se o dever de prestar contas ao cidadão.
- As prerrogativas públicas decorrem do princípio da indisponibilidade, enquanto as sujeições decorrem da supremacia do interesse público.
- Dentre as sujeições advindas do regime jurídico-administrativo, destacam-se o poder de polícia e a intervenção do estado na propriedade.
- O regime jurídico-administrativo sustenta-se nos pilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade dos interesses e bens públicos.

**Resposta: Letra D.** A supremacia do interesse público e a indisponibilidade dos bens públicos são muitas vezes denominadas “pedras de toque” do Direito Administrativo pelos doutrinadores, pois são basilares para fundamentá-lo. A supremacia do interesse público gera as prerrogativas públicas, enquanto a indisponibilidade gera as sujeições. Lembre-se que o poder de polícia e a intervenção do Estado na propriedade são prerrogativas da Administração Pública, e não sujeições.

## PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os princípios que regem a atividade da Administração Pública são vastos, podendo estar explícitos em norma positivada, ou até mesmo implícitos, porém denotados segundo a interpretação das normas jurídicas. Além disso, os princípios administrativos podem ser constitucionais, ou infraconstitucionais.

### 1. Princípios constitucionais

Como já citados, os resumimos aqui:

São os princípios previstos no Texto Constitucional, mais especificamente no caput do artigo. 37. Segundo o dispositivo:

*“A administração pública (observe que o texto legal não fez questão de colocar a expressão em letras maiúsculas, embora esteja claramente dissertando sobre a entidade que exerce a função administrativa) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”*

Assim, esquematicamente, temos os princípios constitucionais da:

- Legalidade:** fruto da própria noção de Estado de Direito, as atividades do gestor público estão submissas a forma da lei. A legalidade promove maior segurança jurídica para os administrados, na medida em que proíbe que a Administração Pública pratique atos abusivos. Ao contrário dos particulares, que podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, a Administração só pode realizar o que lhe é expressamente autorizado por lei.
- Impessoalidade:** a atividade da Administração Pública deve ser imparcial, de modo que é vedado haver qualquer forma de tratamento diferenciado entre os administrados. Há uma forte relação entre a impessoalidade e a finalidade pública, pois quem age por interesse próprio não condiz com a finalidade do interesse público.
- Moralidade:** a Administração impõe a seus agentes o dever de zelar por uma “boa-administração”, buscando atuar com base nos valores da moral comum, isso é, pela ética, decoro, boa-fé e lealdade. A moralidade não é somente um princípio, mas também requisito de validade dos atos administrativos.
- Publicidade:** a publicação dos atos da Administração promove maior transparência e garante eficácia *erga omnes*. Além disso, também diz respeito ao direito fundamental que toda pessoa tem de obter acesso a informações de seu interesse pelos órgãos estatais, salvo as hipóteses em que esse direito ponha em risco a vida dos particulares ou o próprio Estado, ou ainda que ponha em risco a vida íntima dos envolvidos.
- Eficiência:** Implementado pela reforma administrativa promovida pela Emenda Constitucional nº 19 de 1988, a eficiência se traduz na tarefa da Administração de alcançar os seus resultados de uma forma célere, promovendo melhor produtividade

e rendimento, evitando gastos desnecessários no exercício de suas funções. A eficiência fez com que a Administração brasileira adquirisse caráter gerencial, tendo maior preocupação na execução de serviços com perfeição ao invés de se preocupar com procedimentos e outras burocracias. A adoção da eficiência, todavia, não permite à Administração agir fora da lei, não se sobrepõe ao princípio da legalidade.

## 2. Princípios infraconstitucionais

Os princípios administrativos não se esgotam no âmbito constitucional. Existem outros princípios cuja previsão não está disposta na Carta Magna, e sim na legislação infraconstitucional. É o caso do disposto no *caput* do artigo 2º da Lei nº 9.784/1999: "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência".

Convém, então, detalhar esses princípios de origem legal.

### 2.1 Princípio da autotutela

Alguns concursos utilizam também o nome "princípio da sindicabilidade" para designar a autotutela, que diz respeito ao controle interno que a Administração Pública exerce sobre os seus próprios atos. Isso significa que, havendo algum ato administrativo ilícito ou que seja inconveniente e contrário ao interesse público, não é necessária a intervenção judicial para que a própria Administração anule ou revogue esses atos.



#### #FicaDica

Anulação é o procedimento que tem por objetivo retirar um ato ilícito, por ser considerado uma afronta a lei. A anulação possui efeito retroativo, ataca a validade do ato até o momento da sua concepção (eficácia *ex tunc*). A revogação, por sua vez, é a forma de desfazer um ato válido, perfeito e legítimo, mas que por trazer certa inconveniência, não é mais útil ou oportuno. Não tem efeito retroativo, não podendo atingir as situações advindas antes da revogação (eficácia *ex nunc*).

Não havendo necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, quis o legislador que a Administração possa, dessa forma, promover maior celeridade na recomposição da ordem jurídica afetada pelo ato ilícito, e garantir maior proteção ao interesse público contra os atos inconvenientes.

Segundo o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos". A distinção feita pelo legislador é bastante oportuna: ele enfatiza a natureza vinculada do ato anulatório, e a discricionariedade do ato revogatório. A Administração pode revogar os atos inconvenientes, mas tem o dever de anular os atos ilegais.

A autotutela também tem previsão em duas súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 346:

*"A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"*.

Súmula nº 473:

*"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*.

A utilização do verbo "poder" nas duas súmulas está incorreta: o certo seria dizer que a Administração deve anular os seus próprios atos.

### 2.2 Princípio da supremacia do interesse público

Esse princípio advém da própria autotutela administrativa. Diz respeito a atuação estatal que, quando age em vista de algum interesse imediato, o seu fim último deve ser sempre almejar o interesse público, que é a vontade de toda população brasileira, no seu coletivo. Para atingir os seus objetivos, a supremacia do interesse público garante diversas prerrogativas à Administração, de modo a facilitar a sua atuação, sobrepondo-se ao interesse dos particulares.

O interesse privado, por mais que seja protegido e tenha garantias jurídicas (sobretudo os direitos fundamentais individuais, dispostos nos incisos do art. 5º da CF/1988), deve se submeter ao interesse coletivo. Exemplificando: por mais que o direito à propriedade privada (interesse privado) deva ser protegido e amparado pela legislação, isso não impede que o Poder Público possa proibir a construção projetada em terreno onde se situa um prédio tombado. A preservação daquele local, como patrimônio histórico, é de interesse público.

### 2.3 Princípio da motivação

Também pode constar em outras obras como "princípio da obrigatoria motivação". Trata-se de uma técnica de controle dos atos administrativos, o qual impõe à Administração o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que justificam a prática daquele ato. A fundamentação da prática dos atos administrativos será sempre por escrito. Possui previsão no art. 50 da Lei nº 9.784/1999: "Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando (...)"; e também no art. 2º, par. único, VII, da mesma Lei: "Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão". A motivação é uma decorrência natural do princípio da legalidade, pois a prática de um ato administrativo fundamentado, mas que não esteja previsto em lei, seria algo ilógico.

Convém estabelecer a diferença entre motivo e motivação. Motivo é o ato que autoriza a prática da medida administrativa, portanto, antecede o ato administrativo. A motivação, por sua vez, é o fundamento escrito, de fato ou de direito, que justifica a prática da referida medida. Exemplo: na hipótese de alguém sofrer uma multa por

ultrapassar limite de velocidade, a infração é o motivo (ultrapassagem do limite máximo de velocidade); já o documento de notificação da multa é a motivação. A multa seria, então, o ato administrativo em questão.

Quanto ao momento correto para sua apresentação, entende-se que a motivação pode ocorrer simultaneamente, ou em um instante posterior a prática do ato (em respeito ao princípio da eficiência). A motivação intempestiva, isso é, aquela dada em um momento demasiadamente posterior, é causa de nulidade do ato administrativo.

#### 2.4 Princípio da finalidade

Sua previsão encontra-se no art. 2º, par. único, II, da Lei nº 9.784/1999. “Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei”. O princípio da finalidade muito se assemelha ao da primazia do interesse público. O primeiro impõe que o Administrador sempre aja em prol de uma finalidade específica, prevista em lei. Já o princípio da supremacia do interesse público diz respeito à sobreposição do interesse da coletividade em relação ao interesse privado. A finalidade disposta em lei pode, por exemplo, ser justamente a proteção ao interesse público.

Com isso, fica bastante clara a ideia de que todo ato, além de ser devidamente motivado, possui um fim específico, com a devida previsão legal. O desvio de finalidade, ou desvio de poder, são defeitos que tornam nulo o ato praticado pelo Poder Público.

#### 2.5 Princípio da razoabilidade

Agir com razoabilidade é decorrência da própria noção de competência. Todo poder tem suas correspondentes limitações. O Estado deve realizar suas funções com coerência, equilíbrio e bom senso. Não basta apenas atender à finalidade prevista na lei, mas é de igual importância o como ela será atingida. É uma decorrência lógica do princípio da legalidade.

Dessa forma, os atos imoderados, abusivos, irracionais e incoerentes, são incompatíveis com o interesse público, podendo ser anulados pelo Poder Judiciário ou pela própria entidade administrativa que praticou tal medida. Em termos práticos, a razoabilidade (ou falta dela) é mais aparente quando tenta coibir o excesso pelo exercício do poder disciplinar ou poder de polícia. Poder disciplinar traduz-se na prática de atos de controle exercidos contra seus próprios agentes, isso é, de destinação interna. Poder de polícia é o conjunto de atos praticados pelo Estado que tem por escopo limitar e condicionar o exercício de direitos individuais e o direito à propriedade privada.

#### 2.6 Princípio da proporcionalidade

O princípio da proporcionalidade tem similitudes com o princípio da razoabilidade. Há muitos autores, inclusive, que preferem unir os dois princípios em uma nomenclatura só. De fato, a Administração Pública deve atentar-se a exageros no exercício de suas funções. A proporcionalidade é um aspecto da razoabilidade voltado a controlar a justa medida na prática de atos administrativos. Busca evitar extremos e/ou exageros, pois podem ferir o interesse público.

Segundo o art. 2º, par. único, VI, da Lei nº 9.784/1999, deve o Administrador agir com “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”. Na prática, a proporcionalidade também encontra sua aplicação no exercício do poder disciplinar e do poder de polícia.

Esses não são os únicos princípios que regem as relações da Administração Pública. Porém, escolhemos trazer com mais detalhes os princípios que julgamos ser mais característicos da Administração. Isso não quer dizer que outros princípios não possam ser estudados ou aplicados a esse ramo jurídico. A Administração também está submetida ao princípio da responsabilidade, ao princípio da segurança jurídica, ao princípio do contraditório e ampla defesa, ao princípio da isonomia, entre outros.



### EXERCÍCIO COMENTADO

#### 1. (PC-PI – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – NUCEPE – 2018)

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aponte a alternativa **incorreta**.

- a) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- e) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

**Resposta: Letra A.** O erro encontra-se na palavra “indeterminado”: se a necessidade excepcional é temporária, então o correto seria dizer que a contratação é por tempo determinado. O candidato deve estar bastante atento e fazer uma leitura minuciosa de cada alternativa para não cair nesse tipo de “pegadinha” muito comum em questões de múltipla escolha.

#### Poderes da administração

A Administração Pública deve cumprir suas atribuições constitucionais, por imposição legal. Para tanto, o exercício de suas funções depende de certas prerrogativas, ou Poderes, conferidos pela legislação. Esses poderes são considerados instrumentos de trabalho. Significa dizer que esses poderes-deveres são instrumentais, utilizados pela Administração com o objetivo maior de promover a supremacia do interesse público.

Quando o agente público exerce adequadamente suas competências, atuando em conformidade com a legislação, sem excessos ou desvios, diz-se que ele faz uso regular do poder. Entretanto, havendo hipóteses de exercício de competências fora dos limites legais, visando apenas interesses alheios, trata-se de clara hipótese de uso irregular do poder, também denominado abuso de poder. O abuso de poder, além de causar a invalidade do ato, constitui em ilícito ensejador de responsabilidade pela autoridade competente que causou danos com seu uso irregular.

Abuso de poder pode se manifestar no exercício das funções administrativas sob duas formas: pelo excesso de poder, e pelo desvio de finalidade. Excesso de poder é a hipótese de uso irregular dos poderes administrativos pelo qual a autoridade competente ou não, pratica algum ato desrespeitando os limites impostos, exorbitando o uso de suas faculdades administrativas. Ao exceder sua competência legal, o agente responsável age com exageros e desproporcionalidade, o que torna o ato praticado por ele absolutamente inválido. Mas o excesso de poder admite convalidação, ou seja, há hipóteses em que se pode corrigir vício cometido no ato preservando sua eficácia, dependendo do caso concreto.

Desvio de finalidade, por sua vez, é vício do ato administrativo, praticado sempre por autoridade competente, que tem por fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, nas regras de competência da legislação (art. 2º, par. único, e, da Lei nº 4.717/1965). A finalidade diversa não macula os requisitos essenciais dos atos administrativos (competência, objeto, forma, motivo), mas tende a macular o ato, tornando-o nulo. O único caminho possível para esse ato é a anulação, ou seja, não há possibilidade de convalidação. O desvio de finalidade pode ocorrer tanto nas condutas comissivas, em seu campo de atuação, quanto nas condutas omissivas, isso é, quando o agente público se abstém de realizar tarefa legalmente imposta.

Exemplos de desvio de finalidade são bastante comuns na Administração Pública brasileira: a construção de estrada cujo trajeto foi elaborado com objetivo de valorizar a propriedade rural de um governador; a transferência de servidor público para outro Estado apenas para ficar longe da filha do delegado de polícia da cidade, a nomeação de réu em ação penal a cargo público para obter foro privilegiado e transferir seu processo para o STF, etc. Percebe-se que, em todos os casos, há a sobreposição de um interesse particular sobre o interesse da coletividade: os agentes estatais, dessa forma, praticam atos visando obter alguma vantagem pessoal, para eles mesmos ou para outrem, concretizando, assim, o desvio de finalidade.

O estudo dos poderes da Administração Pública, assim, é de extrema importância para verificar quais são os seus limites de atuação. Para tanto, a doutrina costuma dividir esse poder conferido à Administração em seis vertentes: poder vinculado; poder discricionário; poder disciplinar; poder hierárquico; poder de polícia; e poder regulamentar.

Poder vinculado é aquele em que a lei atribui determinada competência ao administrador, delimitando todos os aspectos de sua conduta, o qual deve compulsoriamente seguir a forma prevista na lei, não havendo

qualquer margem de liberdade para que o agente público escolha a melhor forma de cumprir suas funções. Os atos praticados no exercício do poder vinculado são denominados atos vinculados.

Poder discricionário é o poder que o legislador, ao delimitar a competência da Administração Pública, confere também uma margem de liberdade para que o agente público possa escolher, diante da situação jurídica, qual o caminho mais adequado, ou qual a melhor forma de solução daquela desavença. A lei não impõe um único comportamento como no poder vinculado: ela delega ao administrador a faculdade de avaliar a melhor solução para cada caso. Garantir margem de liberdade não significa que o administrador deve agir fora da lei, pois a discricionariedade não o permite estar acima da legislação. Além disso, o poder discricionário também pode sofrer controle pelo Poder Judiciário, exceto quando a questão for referente ao mérito dos atos discricionários, cuja competência é exclusiva da própria Administração.

### Poder regulamentar

O poder regulamentar consiste na possibilidade do Chefe do Poder Executivo de cada entidade da Federação de editar atos administrativos gerais, abstratos ou concretos, expedidos para dar fiel cumprimento à lei. Seu fundamento legal encontra-se disposto no art. 84, IV, da CF/1988: "Compete privativamente ao Presidente da República: IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução". Por ser de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, é indelegável a qualquer subordinado. Embora o texto constitucional faça menção somente ao Presidente da República, o referido poder pode ser exercido, por simetria, pelos Governadores e Prefeitos.

Uma das palavras chave do poder regulamentar é "regulamento". Trata-se de ato administrativo que tem por escopo estabelecer detalhes e diretrizes quanto ao modo de aplicação dos dispositivos legais, dando maior concretude aos comandos gerais e abstratos presentes na legislação. Não se confunde com o decreto, que é outro ato administrativo que introduz o regulamento em si. Decreto representa a forma do ato administrativo, enquanto o regulamento representa seu conteúdo.

Ambos os decretos e regulamentos são atos em posição de inferioridade em relação às leis e, por isso, não são capazes de criar direitos e obrigações aos particulares sem fundamento legal. Suas funções primordiais, no entanto, são a redução da margem de interpretação das normas, pois se um decreto dispõe qual é a forma mais correta de aplicação da lei, esta perde um pouco de seu caráter geral e abstrato, seu campo de discricionariedade é reduzido a uma única forma válida de aplicação no âmbito jurídico. Por isso, o poder regulamentar apresenta natureza vinculada.

Existem diversas espécies de regulamentos administrativos:

- A) Regulamentos administrativos ou de organização: são aqueles que disciplinam questões internas de estruturação e funcionamento da Administração Pública, bem como as relações jurídicas de sujeição especial do Poder Público perante particulares. Exemplo: regulamento que disciplina organização e funcionamento da administração federal (art. 84, VI, a, da CF/1988).